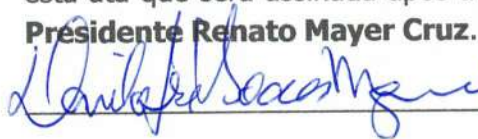



_____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Presidente Renato Mayer Cruz.



_____, Tatiana C. de J. Gonçalves

Ata da 75.^a (septuagésima quinta) Sessão Ordinária, da 2.^a (segunda) Sessão Legislativa da 20.^a (vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 19h (dezenove horas) do dia 20 (vinte) de julho de 2026, sob a presidência do vereador Renato Mayer Cruz. O Presidente da Casa solicitou a esta Secretária a chamada nominal dos vereadores, tendo comparecido os seguintes *edis*: **Alexandre Maciel, Brenda Garcia de Souza Silva, Cresio Costa, Danilo José Soares Marques, Gleds da Fonseca, Joel Alves Pereira, Renato Mayer Cruz e Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves.** Após a chamada nominal, o **Presidente** justificou a ausência do **Vereador Henrique Augusto Corrêa Rezende**, informando que o parlamentar enfrentou problemas mecânicos em seu veículo quando se encontrava em outro Estado, o que impossibilitou seu comparecimento à presente sessão. Antes do início dos trabalhos, o **Presidente** prestou esclarecimentos à população acerca da emissão equivocada de algumas guias de IPTU referentes ao exercício de 2026 para imóveis localizados na zona rural. Informou que, conforme ofício encaminhado pelo Poder Executivo, o problema decorreu da implantação de um novo sistema de gestão tributária, tratando-se de erro operacional que já estava sendo corrigido. Esclareceu, ainda, que não incide IPTU sobre imóveis rurais e orientou os cidadãos que eventualmente tenham recebido guia nessas condições a procurarem o Setor de Tributação da Prefeitura, onde o documento seria recolhido para o cancelamento do lançamento indevido, não sendo necessário efetuar o pagamento. Verificado o número legal de presenças, sob a proteção de Deus e em nome do povo gloriense, o **Presidente** declarou aberta a sessão. Na sequência a ata da sessão anterior foi deliberada e aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o **Presidente** solicitou a esta **Secretária** a leitura do expediente do dia, que constou o seguinte. **Expediente:** Discussão e votação da ata da 74.^a (septuagésima quarta) Sessão Ordinária realizada em 13 julho de 2026. **Expedientes oriundos do Chefe do Poder Executivo:** 1 – Ofício n.º 171/2026, encaminhando para apreciação, em regime de extrema urgência, o Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei nº 24/2026, que "Reabre o prazo para adesão ao Programa de Incentivo à Regularização da Dívida Tributária – REFIS GLÓRIA/2026, instituído pela Lei Municipal nº 1.775, de 10 de fevereiro de 2026, e dá outras providências". 2 – Ofício n.º 165/2026, encaminhando para apreciação, em regime de extrema urgência, o Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei nº 25/2026, que "Institui a Política Pública Municipal de Alfabetização do Município de São João Batista do Glória/MG, e dá outras providências". 3 – Ofício n.º 172/2026, encaminhando para apreciação, em regime de extrema urgência, o Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei nº 22/2026, que "Institui o Programa Municipal de Apoio à Guarda Familiar Subsidiada no Município de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências e dá outras providências". 4 – Ofício n.º 167/2026, em resposta ao Requerimento n.º 18/2026, de autoria dos Vereadores Gleds da Fonseca, Tatiana

A Ordem por princípio

Cristina de Andrade Gonçalves e Danilo José Soares Marques. 5 – Ofício n.º 170/2026, em resposta ao Ofício n.º 94/2026, encaminhado pela Presidência desta Câmara Municipal. **Expedientes oriundos diversos:** 1 – Requerimento de inscrição para uso da Tribuna em Sessão, formulado pelo Sr. André Luís Xavier, para tratar do Relatório de atividades sociais e ambientais do programa Cidade Amiga da Natureza, executado pela Plant Project. 2 – Ofício n.º 81/2026, provindo da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Ofício n.º 73/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** 1 – Ofício n.º 244/2026, encaminhando para tramitação a Projeto de Lei n.º 27/2026, que “Autoriza a antecipação do pagamento do décimo terceiro salário no âmbito da Câmara Municipal de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências”, encaminhado pelos membros da Mesa, com pedido de tramitação em regime de extrema urgência. 2 – Requerimento n.º 29/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando, ouvindo previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Executivo Municipal informe a esta Casa Legislativa se há planejamento para a realização de novas edições do tradicional Baile da Melhor Idade, indicando a previsão de realização do próximo evento, e solicita que o evento passe a ser realizado de forma periódica, com frequência mínima de uma edição a cada 3 (três) meses. 3 – Requerimento n.º 30/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando, ouvindo previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Executivo Municipal apresente informações e documentos acerca das providências adotadas pelo Município para análise do eventual reconhecimento dos ocupantes do cargo de Auxiliar de Educação como profissionais do magistério público da educação básica, nos termos da Lei Federal nº 15.326/2026. O Presidente declarou aberto o **Pequeno Expediente** e usaram a palavra os seguintes vereadores. Não houve orador inscrito para falar no **Pequeno Expediente**. Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o **Grande Expediente** e, inicialmente, convidou os vereadores e a população para participarem da Audiência Pública destinada à discussão do Projeto de Lei n.º 19/2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027, a ser realizada no dia 22 de julho de 2026, às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal. Em seguida, reiterou aos vereadores a necessidade de observância da legislação eleitoral e do princípio da impessoalidade durante as manifestações em Plenário, em razão do período eleitoral. Na sequência, informou que o Sr. André Luís Xavier fará uso da Tribuna Popular na próxima Sessão Ordinária, para apresentar o relatório das atividades sociais e ambientais do Programa Cidade Amiga da Natureza, executado pela Plant Project. Prosseguindo, esclareceu que, diferentemente dos projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em regime de urgência ou extrema urgência, os projetos de iniciativa da Câmara Municipal que tramitam sob esse regime dependem de aprovação do Plenário. Em seguida, submeteu à votação o *pedido de tramitação em regime de extrema urgência do Projeto de Lei n.º 27/2026, de iniciativa da Mesa Diretora, que “Autoriza a antecipação do pagamento do décimo terceiro salário no âmbito da Câmara Municipal de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências”, o qual foi aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.* No **Grande Expediente** usaram a palavra os seguintes vereadores. O Vereador Cresio, primeiro orador inscrito, iniciou sua

manifestação cumprimentando o Senhor Presidente, os demais Vereadores, o público presente e todos os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Em seguida, o Vereador Cresio registrou considerações acerca do Festival Gastronômico realizado no final de semana no município. Destacou que o evento havia sido uma grande festa, muito bem organizada, com expressiva participação popular e relevante para a valorização da cidade. Na oportunidade, parabenizou os organizadores e todos os envolvidos na realização do festival. O Vereador Cresio também destacou a premiação obtida por queijarias do município durante o concurso de queijos realizado no âmbito do festival. Registrou que a Queijaria 2R, de propriedade do Vereador Henrique, havia conquistado o quarto lugar, e que a Queijaria Tradição Vilela havia alcançado o primeiro lugar. Ressaltou a importância das premiações para a projeção do nome do município, afirmando que os resultados demonstravam a excelência do trabalho desenvolvido pelos produtores locais e contribuíam para fortalecer a imagem da cidade em eventos regionais e turísticos. Ao final, parabenizou todos os ganhadores e envolvidos. Na sequência, o Vereador Cresio comentou sobre publicação realizada pelo Prefeito Municipal referente à continuidade do projeto no espaço localizado junto à caixa d'água, onde se encontra o Cristo. Informou que o local receberia um espaço de lazer e estrutura voltada ao turismo, mencionando a possibilidade de instalação de lanchonete, café ou outro atrativo do gênero. Recordou que já existia planejamento anterior para a utilização turística daquela área, mas que o projeto não havia tido continuidade. Destacou que a atual gestão municipal teria retomado a iniciativa e manifestou entendimento de que a obra seria muito importante tanto para o Bairro Planalto quanto para toda a cidade, especialmente por se tratar de um novo ponto de lazer e recepção de turistas. Ressaltou ainda que o município é reconhecido por acolher visitantes e que o empreendimento contribuiria para gerar mais movimento na região. Por fim, parabenizou o Prefeito pela iniciativa e registrou a expectativa de que as obras fossem iniciadas em breve. Posteriormente, o Vereador Cresio informou que havia recebido notícia positiva acerca da ponte do Rolador, demanda que vinha sendo cobrada há bastante tempo. Relatou que a finalização da ponte estava prevista para o dia seguinte, restando apenas serviços de aterro e acabamento por parte das máquinas na quarta-feira. Dessa forma, afirmou que a obra poderia ser entregue à população na quarta-feira. O Vereador agradeceu aos funcionários envolvidos na execução dos trabalhos, ao Prefeito, aos engenheiros e a todos os participantes da obra. Ressaltou a importância da ponte para os moradores da região, lembrando que anteriormente havia dificuldades de acesso às propriedades rurais. Manifestou satisfação com a conclusão da demanda e registrou agradecimento a todos os responsáveis. Por fim, o Vereador Cresio comentou sobre o projeto referente ao REFIS, que seria apreciado e votado pela Câmara. Informou que a proposta previa a reabertura do prazo do programa por mais dois meses, possibilitando que contribuintes com débitos junto ao Município pudessem regularizar sua situação, especialmente em relação ao IPTU e demais dívidas municipais. Esclareceu que, após a aprovação da matéria, os interessados poderiam procurar o setor de Tributos para obter informações e efetuar a regularização dos débitos. Nada mais havendo a tratar em sua fala, o Vereador Cresio encerrou sua manifestação, agradecendo ao Senhor Presidente. Na sequência, o **Vereador Danilo**, segundo orador inscrito para o expediente, iniciou sua manifestação cumprimentando o Senhor Presidente, os demais Vereadores, a população

A Ordem por princípio

presente no plenário, os servidores municipais e todos os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Destacou a satisfação em ver a participação da comunidade nas reuniões da Câmara, ressaltando a importância do envolvimento popular no exercício da cidadania. Também desejou a todos uma semana produtiva e abençoada. Dando início aos assuntos de sua pauta, o Vereador Danilo informou que havia se reunido com o Secretário Municipal de Infraestrutura, Sr. Wellington, para tratar dos recursos arrecadados por meio da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – COSIP. Relatou que, segundo as informações recebidas, o Município possuía aproximadamente R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) em caixa provenientes dessa arrecadação, afirmando tratar-se de um montante inédito. Recordou que, ao final da gestão anterior, quando participou da administração municipal juntamente com a ex-Prefeita Nilva, foi realizada a substituição da iluminação convencional pelo sistema de iluminação em LED, ocasião em que os recursos disponíveis eram significativamente inferiores. O Vereador Danilo observou que a cobrança da contribuição de iluminação pública representava um custo elevado para as famílias do Município e ponderou que a população aceitava contribuir desde que houvesse efetividade na prestação do serviço. Manifestou preocupação com a manutenção da rede de iluminação pública, afirmando que os reparos vinham sendo realizados de forma improvisada por servidores municipais, os quais, segundo ressaltou, apenas cumpriam as determinações recebidas, não sendo responsáveis pela situação. Acrescentou que havia encaminhado à Prefeitura, há aproximadamente um ano e meio, diversos pedidos relacionados à instalação de postes e pontos de iluminação, incluindo emendas impositivas destinadas especificamente à instalação de dois postes, as quais, segundo informou, ainda não haviam sido executadas. Na continuidade, relatou que o Secretário Municipal de Infraestrutura lhe informou que estava em fase de contratação de consultoria técnica para elaboração dos projetos necessários à instalação de novos postes e luminárias, explicando que, somente após a conclusão desses projetos, seria possível realizar a contratação da empresa responsável pela execução dos serviços. Informou ainda que recebeu a previsão de que o procedimento de contratação da empresa responsável pelos projetos seria concluído até a sexta-feira da mesma semana. Em razão do atraso na execução das emendas impositivas, registrou que pretendia solicitar manifestação do Assessor do Legislativo Paulo César acerca das providências jurídicas cabíveis. Em seguida, o Vereador Danilo abordou o Festival Gastronômico realizado no Município durante o final de semana. Parabenizou a Administração Municipal, o empresário responsável pela realização do evento e a CEMIG pelo apoio concedido. Explicou que eventos dessa natureza são viabilizados por meio de editais de incentivo à cultura, nos quais empresas e instituições apresentam projetos para captação de recursos, destacando que a escolha do Município para sediar o festival representava importante conquista diante da concorrência com diversas outras cidades. Também parabenizou os produtores locais que participaram do Concurso Regional de Queijos, destacando especialmente os premiados Laís e o Vereador Henrique, cujos produtos obtiveram reconhecimento durante a competição. Prosseguindo, o Vereador Danilo manifestou preocupação com a emissão de carnês de IPTU destinados a propriedades rurais. Informou que diversos proprietários o procuraram relatando surpresa e dúvidas quanto à cobrança, ressaltando que a

Prefeitura havia encaminhado ofício à Câmara informando que a situação decorreu de erro no sistema utilizado pelo Município. Contudo, afirmou que o documento continha esclarecimentos insuficientes, deixando diversas questões sem resposta. O Vereador ponderou que, conforme informado no ofício, os próprios contribuintes deveriam comparecer ao setor competente da Prefeitura para solicitar o cancelamento dos carnês emitidos indevidamente, posicionamento com o qual disse não concordar, por entender que o cidadão não deveria suportar os ônus decorrentes de falha administrativa. Questionou, ainda, quais seriam as providências adotadas nos casos em que o contribuinte já tivesse efetuado o pagamento do tributo indevido e indagou se os carnês não quitados poderiam gerar inscrição em dívida ativa, uma vez que tais esclarecimentos não constavam do comunicado encaminhado pelo Executivo. O Vereador Danilo também levantou questionamentos acerca dos custos gerados pela emissão e distribuição dos carnês, bem como sobre a ausência de conferência prévia que permitisse identificar o aumento significativo do número de documentos emitidos em comparação ao exercício anterior. Destacou que, segundo seu entendimento, caberia à própria Administração Municipal recolher os carnês distribuídos equivocadamente, arcando com todos os custos decorrentes da correção do erro, e não transferir essa responsabilidade aos contribuintes. Acrescentou que a situação evidenciava a necessidade de maior cuidado na gestão pública e na prestação dos serviços administrativos. Ainda sobre o tema, relatou ter recebido informações de munícipes de que o setor de Tributos estaria encerrando o atendimento ao público às 15:00 horas para realização de serviços internos, além de mencionar que a emissão de determinadas guias, como o ITBI, continuava sendo realizada por meio de solicitações encaminhadas por correio eletrônico, procedimento que considerou ultrapassado e carente de maior organização. Sugeriu que representantes da Administração Municipal comparecessem à Câmara na reunião seguinte para prestar esclarecimentos à população, caso entendessem oportuno, ressaltando, entretanto, que considerava indispensável que a Prefeitura promovesse previamente ampla divulgação pública sobre o ocorrido e sobre as providências adotadas. Encerrando sua manifestação, o Vereador Danilo registrou uma notícia positiva referente ao desempenho do Município no ICMS Esportivo, informando que São João Batista do Glória obteve excelente pontuação em razão das ações esportivas desenvolvidas ao longo de 2025 e do primeiro semestre de 2026. Destacou que iniciativas como os Jogos Escolares (JEMG), atividades de karatê e demais projetos esportivos contribuíram para esse resultado, o que possibilitaria ao Município receber novos recursos financeiros destinados ao esporte. Parabenizou o servidor Weider, responsável anteriormente pela pasta, bem como Vanessa Cassoli, que assumira recentemente a coordenação das atividades. Ressaltou que os investimentos em esporte deveriam estar vinculados a objetivos bem definidos, especialmente no fortalecimento da saúde, da educação, do lazer, da cultura e na promoção de políticas públicas voltadas à prevenção da vulnerabilidade social entre crianças e adolescentes. Ao final, o Vereador Danilo agradeceu a atenção de todos, desejou uma excelente semana à população e encerrou sua manifestação. Esta **Secretária, Vereadora Gleds**, terceira oradora inscrita, iniciou sua fala cumprimentando os nobres Edis, a população presente no plenário e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, abordou a questão da Ponte dos Canteiros, relatando que havia recebido um vídeo

A Ordem por princípio

gravado por um turista que, ao visitar o local, minimizou a importância da obra e fez comentários depreciativos acerca da inauguração, afirmando que a ponte permanecia interditada. A Vereadora manifestou discordância em relação às declarações, ressaltando que a construção da ponte representava a realização de um sonho antigo para os moradores da Comunidade dos Canteiros, da Babilônia, de Delfinópolis e de toda a região, constituindo uma obra de grande relevância para a população local. Destacou que a concretização do empreendimento foi resultado do esforço de diversas gestões municipais e fez questão de reconhecer o trabalho desenvolvido por ex-parlamentares, citando os ex-Vereadores Edinho Malaquias e Luizinho, que, segundo afirmou, também atuaram na busca de recursos para viabilizar a obra, embora sua conclusão tenha ocorrido na atual administração. Registrou que ambos estiveram presentes na cerimônia de inauguração e considerou justa a reivindicação de que tivessem tido oportunidade de se manifestar durante o evento, acrescentando que, caso isso não fosse possível, poderiam utilizar a tribuna da Câmara ou as redes sociais para registrar sua participação na conquista. Ainda sobre o tema, esclareceu que a inauguração da ponte havia ocorrido antes da liberação do tráfego em razão das restrições impostas pelo calendário eleitoral, explicando que, caso o ato inaugural não fosse realizado naquele momento, somente poderia ocorrer após o período eleitoral. Ressaltou que a interdição temporária da ponte decorria exclusivamente da necessidade de aguardar o período de cura do concreto, estimado entre trinta e quarenta dias. Nesse momento, o **Presidente Renato** informou que a previsão era de que a ponte fosse liberada para o tráfego na sexta-feira da semana seguinte, notícia que foi recebida com satisfação pela Vereadora. Prosseguindo, a **Vereadora Gleds** comentou sobre o evento realizado no Parque de Exposições durante o final de semana, esclarecendo que, embora a Prefeitura tivesse prestado apoio, tratava-se de evento de iniciativa predominantemente privada. Relatou ter recebido informações de integrantes da equipe de segurança de que o empresário responsável pela realização do evento teria tratado os profissionais de forma desrespeitosa. Diante disso, manifestou solidariedade aos trabalhadores envolvidos e destacou o trabalho desempenhado pelo coordenador de segurança do Município, Luizmar, afirmando que ele sempre esteve à frente da organização da segurança dos eventos realizados na cidade. Solicitou ao Poder Executivo que analisasse a situação com atenção, valorizando o trabalho da equipe responsável pela segurança. Em seguida, apresentou reivindicações encaminhadas por moradores referentes à instalação de redutores de velocidade ("quebra-molas"). Informou que o senhor "Zé do Ari", solicitou a construção de um quebra-molas na Rua Natal, nas proximidades de sua residência, bem como registrou pedido formulado pela senhora Rafaela Rocha para instalação de outro "quebra-molas" na Rua Maceió. Solicitou ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Sr. Wellington, e aos responsáveis pelo setor que analisassem as demandas, ressaltando que diversos moradores encaminhavam mensagens sem obter retorno da Administração. Na continuidade, a Vereadora Gleds manifestou satisfação com o anúncio do início das obras de reforma e revitalização da área do Cristo, considerando que o projeto representaria importante avanço para o turismo local. Aproveitou a oportunidade para cobrar do Prefeito Municipal informações acerca do início das obras de reforma do Hospital Municipal Dona Chiquita, afirmando que tanto a população quanto os servidores da

unidade vinham lhe cobrando esclarecimentos sobre o cronograma de execução. Ressaltou que sua manifestação refletia os anseios da comunidade. Em seguida, concedeu aparte ao **Vereador Cresio**, que esclareceu que a construção da estrutura do Cristo contou com a parceria da empresa Saneatec Construtora, por intermédio do empresário Vilson Brito. O **Vereador Cresio** registrou agradecimento pela colaboração prestada ao Município, destacando a importância da parceria para a concretização do empreendimento. Na sequência, a **Vereadora Tatiana** solicitou aparte, o qual foi concedido pela oradora. Antes da manifestação, o **Presidente Renato** esclareceu que, conforme o Regimento e o entendimento adotado durante a condução da sessão, seriam admitidos apenas dois apartes, razão pela qual organizou a ordem das intervenções. Em seu aparte, a **Vereadora Tatiana** sugeriu que, juntamente com as obras de reforma e ampliação do Cristo, fosse promovida a melhoria do sistema de iluminação do monumento. Observou que a iluminação atualmente existente era insuficiente, comprometendo a visibilidade do Cristo durante o período noturno. Defendeu a instalação de novos refletores, inclusive com possibilidade de utilização de iluminação temática e colorida em campanhas e datas comemorativas, a exemplo do que ocorre no próprio monumento do Cristo Redentor. Encerrados os apartes, o **Presidente Renato** aproveitou a discussão para prestar esclarecimentos acerca das solicitações de instalação de quebra-molas. Informou que já havia tratado do assunto com o Prefeito Municipal e com o servidor responsável pela infraestrutura, ressaltando que a Administração possuía diversas demandas semelhantes. Orientou os moradores interessados a apresentarem requerimento acompanhado da assinatura dos residentes da rua beneficiada, indicando o local exato pretendido para a instalação, a fim de evitar futuros conflitos entre vizinhos e fortalecer tecnicamente o pedido. Informou que a demanda referente à Rua Natal já havia sido levada ao conhecimento da Administração e que existiam outros pedidos antigos aguardando análise. O Presidente também explicou que, no momento, a equipe da infraestrutura encontrava-se concentrada na conclusão das obras das pontes em execução no Município, razão pela qual os serviços relacionados à implantação de quebra-molas, limpeza de bueiros, capina e demais intervenções urbanas seriam retomados tão logo fossem finalizados os trabalhos atualmente em andamento, oportunidade em que as demandas apresentadas seriam devidamente avaliadas. Em seguida, o **Vereador Joel**, quarto orador inscrito, cumprimentou o Senhor Presidente, os demais Vereadores, os servidores presentes e todos os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, agradeceu a Deus por mais uma semana de trabalho e parabenizou o Prefeito Municipal pela realização do evento ocorrido no Município durante o final de semana. Relatou que esteve presente em alguns dos dias de realização da festividade e destacou o ambiente familiar, a participação da população, a organização do evento e o impacto positivo para o comércio local. Registrou elogios aos comerciantes que participaram da praça de alimentação, bem como à equipe de segurança coordenada por Luizmar e ao Sargento Leandro, ressaltando que ambos contribuíram para a tranquilidade e o sucesso da programação. O Vereador Joel também parabenizou os produtores locais premiados no concurso de queijos realizado durante o festival, destacando a conquista do Vereador Henrique e da produtora Laís, afirmando que o reconhecimento obtido pelos representantes do Município reforçava a qualidade da produção regional e valorizava o nome de São João Batista do Glória perante os

A Ordem por princípio

demais participantes. Na continuidade, abordou a conclusão da Ponte dos Canteiros, informando que acompanhava a demanda desde a legislatura anterior. Ressaltou que a conquista foi resultado do empenho conjunto de diversas administrações e parlamentares, fazendo questão de reconhecer o trabalho desenvolvido pelos ex-Vereadores que atuaram na busca de recursos e no acompanhamento das tentativas de contratação da obra. Recordou que, durante a gestão anterior, foram realizadas duas licitações, sendo que uma delas restou frustrada em razão do não comparecimento da empresa vencedora, circunstância que impossibilitou o início da execução naquele período. Destacou que a atual Administração deu continuidade ao processo, permitindo a concretização da obra, motivo pelo qual considerou importante reconhecer o esforço de todos os envolvidos ao longo dos anos. Ainda sobre a ponte, explicou que a inauguração foi antecipada em razão das limitações impostas pelo calendário eleitoral, permanecendo a estrutura interditada apenas para cumprimento do prazo técnico necessário à cura do concreto, estimado entre trinta e quarenta dias. Informou que a liberação do tráfego estava prevista para o sábado seguinte, destacando que a abertura da ponte representaria a realização de um antigo sonho da população da região. Também comentou as críticas divulgadas por um turista nas redes sociais, observando que pessoas de fora do Município desconheciam o histórico da demanda e o longo período de espera enfrentado pelos moradores. Em seguida, manifestou-se sobre os pedidos de instalação de quebra-molas, reforçando os esclarecimentos já prestados pelo Presidente Renato. Citou como exemplo a solicitação para implantação de redutor de velocidade na Rua Goiânia, nas proximidades da residência do senhor Ditinho, local onde, segundo relatou, recentemente um cachorro foi atropelado quando um motorista evitou que uma criança fosse atingida por seu veículo. Destacou a necessidade da obra para aumentar a segurança dos moradores, mas explicou que a execução depende da concordância dos proprietários confrontantes e do atendimento aos critérios técnicos, como o distanciamento mínimo em relação às esquinas. Informou que, durante vistoria realizada com o servidor Letinho, verificou-se que moradores próximos ao ponto indicado manifestaram oposição à instalação do quebra-molas, circunstância que inviabilizou sua execução naquele local. Ressaltou, ainda, que situações semelhantes ocorriam em outros pedidos, como os apresentados para a região do Postinho e para a residência do senhor Zé do Ari, razão pela qual reiterou a importância da apresentação de abaixo-assinado pelos moradores interessados. O Vereador Joel também registrou satisfação com a execução da obra da ponte da comunidade do Rolador, destacando a instalação dos tubulões e agradecendo à Administração Municipal pela continuidade dos trabalhos. Informou que ainda restavam dois tubulões a serem instalados e manifestou expectativa de que a obra fosse concluída em breve. Na sequência, relatou que acompanhou, juntamente com o servidor Letinho, vistoria realizada na ponte situada nas proximidades da propriedade do senhor Zé Valde. Informou que, após avaliação técnica, foi definida a necessidade de instalação de duas vigas, em substituição à solução inicialmente prevista, visando ampliar a segurança e a durabilidade da estrutura. Explicou que a medida evitaria intervenções constantes para passagem de máquinas e veículos pesados, reduzindo transtornos ao tráfego local. Acrescentou que, segundo informações recebidas, a empresa fornecedora das vigas também seria responsável pela instalação,

o que permitiria maior agilidade na execução da obra. Nesse momento, o **Vereador Alexandre** solicitou aparte, o qual foi concedido. Em sua manifestação, o **Vereador Alexandre** informou que, durante a administração anterior, quando atuava na área de infraestrutura, participou da tentativa de implantação de um quebra-molas na Rua Goiânia. Confirmou que a obra deixou de ser executada em razão da falta de concordância de moradores da via. Ressaltou que a experiência demonstrava a importância de os pedidos serem acompanhados da assinatura do maior número possível de residentes, uma vez que a instalação de redutores de velocidade pode gerar impactos, como trepidações, danos em imóveis e reclamações posteriores, recordando que, em situações anteriores, o Município chegou a remover quebra-molas em razão de conflitos surgidos após sua instalação. Retomando a palavra, o **Vereador Joel** agradeceu ao servidor Letinho (Sr. Welington, Secretário Municipal de Infraestrutura) pelo atendimento de solicitação referente à iluminação pública da Rua Niterói, informando que o problema havia sido solucionado naquele mesmo dia. Em seguida, apresentou nova demanda relativa à instalação de iluminação pública no trecho situado acima do Parque de Exposições, nas proximidades da academia, destacando que se tratava de reivindicação antiga dos moradores e solicitando que a Administração Municipal providenciasse a execução do serviço. Encerrada a manifestação do Vereador Joel, o **Presidente Renato** retomou a palavra para reforçar os elogios dirigidos ao coordenador Luizmar e à equipe responsável pela segurança do evento realizado no Município. Informou que não tinha conhecimento prévio das alegações relativas ao tratamento dispensado pelo empresário aos profissionais da segurança e afirmou que buscaria conversar com Luizmar para apurar os fatos e posteriormente levá-los ao conhecimento do Poder Executivo, com o objetivo de evitar que situações semelhantes voltassem a ocorrer. Ressaltou, contudo, que o episódio não retirava os méritos da organização geral do evento, destacando o excelente trabalho desenvolvido pela equipe de segurança, bem como os elogios recebidos da população quanto à limpeza do recinto e às condições dos banheiros durante toda a festividade. Finalizou reiterando os cumprimentos a Luizmar e a toda a sua equipe pela qualidade dos serviços prestados. Dando seguimento, a **Vereadora Tatiana**, quinta oradora inscrita, ao fazer uso da palavra, cumprimentou o Senhor Presidente, os demais Vereadores, os servidores desta Casa Legislativa e, de forma especial, as auxiliares da educação presentes no plenário, destacando a união da categoria na busca por melhorias e valorização profissional. A Vereadora informou que apresentava à Casa Legislativa um requerimento voltado à valorização das auxiliares da educação infantil do Município, ressaltando tratar-se de uma reivindicação antiga da categoria. Relatou que exercia a função há dezesseis anos, juntamente com outra servidora que iniciou as atividades no mesmo período, e destacou que, desde então, as profissionais sempre atuaram de forma unida na defesa dos direitos da classe e em parceria com os professores da rede municipal. Em seguida, fez ampla explanação acerca das atribuições desempenhadas pelas auxiliares da educação, afirmando que essas profissionais participavam de todo o processo pedagógico da educação infantil. Explicou que, além dos cuidados diretos com as crianças, auxiliavam na elaboração das propostas pedagógicas, na preparação dos materiais didáticos, no desenvolvimento das atividades escolares, na alimentação, na higiene, no acompanhamento do sono e das atividades recreativas, ressaltando que o brincar

A Ordem por princípio

constituía elemento essencial no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Acrescentou que também ofereciam acolhimento, suporte emocional e acompanhavam as crianças desde o transporte escolar até o retorno às suas residências, desempenhando papel fundamental no funcionamento da Escola Municipal Meu Xodó. Destacou que a qualidade dos serviços prestados pela instituição decorria do trabalho integrado entre auxiliares, professores e demais servidores da unidade escolar. A Vereadora recordou que, ao longo dos anos, a categoria sempre buscou valorização profissional junto às administrações municipais. Mencionou que, durante a gestão da ex-Prefeita Nilva, foi implementada alteração na jornada de trabalho das auxiliares, permitindo o cumprimento de seis horas contínuas de serviço, medida que considerou o primeiro avanço obtido pela categoria. Ressaltou, entretanto, que permaneciam outras reivindicações pendentes, as quais foram apresentadas tanto ao atual Prefeito Eder, ainda quando ocupava o cargo de Vice-Prefeito, quanto durante a campanha eleitoral, oportunidade em que, segundo afirmou, o Chefe do Executivo assumiu compromisso de analisar as demandas da classe. Prosseguindo, informou que, em janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Federal nº 15.326, que reconheceu os profissionais que atuam na educação infantil, independentemente da nomenclatura do cargo, como integrantes do magistério. Explicou que a nova legislação assegurava direitos relacionados ao piso salarial e à hora-atividade, motivo pelo qual a categoria buscava sua efetiva implementação no âmbito municipal. Acrescentou que as auxiliares já integravam o Plano de Cargos e Carreiras do Município como profissionais do magistério, porém sem usufruir dos direitos decorrentes desse enquadramento. Ao defender a aprovação do requerimento, a **Vereadora Tatiana** afirmou que as servidoras haviam investido em sua qualificação profissional e que o Município possuía condições de promover a valorização da categoria, especialmente diante do aumento da arrecadação proveniente do FUNDEB. Solicitou o apoio dos demais Vereadores e apelou ao Prefeito Municipal para que promovesse os estudos necessários, inclusive de impacto orçamentário, a fim de viabilizar a adequação da legislação municipal às disposições da norma federal. Durante sua manifestação, o **Vereador Danilo** solicitou aparte, que foi concedido. Na oportunidade, o **Vereador Danilo** requereu esclarecimentos ao Assessor do Legislativo Paulo César acerca dos efeitos da nova legislação federal e da obrigatoriedade de sua observância pelo Município. O **Assessor do Legislativo Paulo César** esclareceu que a Lei Federal reconheceu os profissionais que atuam na educação infantil como integrantes do magistério, independentemente da denominação do cargo exercido. Esclareceu, contudo, que eventuais alterações na estrutura administrativa municipal, criação de direitos, mudanças remuneratórias, alteração de nomenclatura de cargos ou demais providências relacionadas aos servidores do Poder Executivo dependiam de projeto de lei de iniciativa privativa do Prefeito Municipal. Acrescentou que, caso a Administração não promovesse a adequação da legislação municipal, a matéria poderia ser objeto de discussão judicial, ressaltando que eventual reconhecimento judicial dos direitos produziria efeitos retroativos à vigência da lei federal, em janeiro de 2026. Na sequência, o **Vereador Danilo** questionou se o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais possuía legitimidade para ajuizar ação coletiva em defesa da categoria. Em resposta, o **Assessor do Legislativo Paulo César** informou que o sindicato detinha

legitimidade para atuar como substituto processual dos servidores, podendo propor ação judicial coletiva em benefício da categoria representada. Prosseguindo, o **Vereador Danilo** indagou se o Chefe do Poder Executivo poderia escolher quais leis federais cumpriria. O **Assessor do Legislativo Paulo César** respondeu que a legislação federal possui observância obrigatória, em razão da hierarquia normativa, inexistindo discricionariedade quanto ao seu cumprimento, razão pela qual a Administração Pública deveria adequar-se às determinações legais. Nesse momento, o **Presidente Renato** também se manifestou sobre o tema, ressaltando que a matéria guardava semelhança com outras situações enfrentadas pelo Município em razão da edição de leis federais voltadas a categorias específicas. Destacou que a norma em discussão possuía redação clara ao reconhecer os profissionais da educação infantil como integrantes do magistério, independentemente da nomenclatura do cargo. Salientou, entretanto, que a implementação da medida exigia diálogo entre o Poder Executivo, a Secretaria Municipal de Educação, o setor financeiro e os representantes da categoria, sobretudo para análise do impacto orçamentário e definição de cronograma para cumprimento da legislação. Em resposta a questionamento do Presidente, a **Vereadora Tatiana** informou que atualmente o quadro era composto por seis ou sete servidoras efetivas, mas há um total de onze profissionais em atuação na Escola Municipal Meu Xodó. Aproveitou a oportunidade para agradecer às colegas presentes na sessão pelo apoio prestado à reivindicação, ressaltando que a união da categoria havia sido fundamental ao longo dos anos na busca pela valorização profissional. Destacou que muitas servidoras permaneceram na função por vocação e dedicação à educação infantil, razão pela qual esperava que esse comprometimento fosse reconhecido também por meio da valorização funcional. Ao encerrar as discussões sobre a matéria, o **Presidente Renato** destacou a importância da mobilização da categoria e elogiou a presença das auxiliares da educação no plenário, afirmando que a participação dos interessados fortalecia os pleitos apresentados ao Poder Público. Defendeu a realização de reunião entre representantes da categoria, do Sindicato dos Servidores Públicos, da Secretaria Municipal de Educação, do setor financeiro da Prefeitura e do Prefeito Municipal, com o objetivo de construir solução consensual para implementação da legislação federal. Ressaltou que o planejamento deveria ser acompanhado do efetivo cumprimento dos compromissos assumidos, evitando futuros litígios judiciais e os custos decorrentes do pagamento retroativo de eventuais direitos reconhecidos em juízo. Informou, por fim, que o requerimento apresentado pela Vereadora Tatiana seria oportunamente submetido à apreciação do Plenário, permanecendo a palavra franqueada aos demais Vereadores que desejassem se manifestar sobre a matéria. Por fim, fez uso da palavra a **Vereadora Brenda**, sexta oradora, que cumprimentou o Senhor Presidente, os demais Vereadores, o público presente e todos que acompanhavam a sessão pelas mídias sociais. Informou, inicialmente, que não pretendia fazer uso da palavra em razão de não estar se sentindo bem, mas decidiu se manifestar diante das discussões travadas sobre a instalação de quebra-molas no Município. A Vereadora afirmou que alguns apontamentos realizados durante o debate lhe causaram preocupação, especialmente quanto à possibilidade de condicionar a instalação de lombadas ou redutores de velocidade à apresentação de assinaturas de moradores ou à concordância da vizinhança. Ressaltou que considerava necessária uma reflexão mais aprofundada sobre

A Ordem por princípio

essa metodologia, defendendo que intervenções relacionadas ao trânsito não poderiam ser fundamentadas apenas na vontade dos moradores, mas sim em critérios técnicos e estudos especializados. Prosseguindo, destacou que a participação da comunidade era fundamental para apontar problemas e apresentar reivindicações ao Poder Público, porém salientou que a decisão acerca da implantação ou não de quebra-molas, sinalizações ou quaisquer outras intervenções viárias deveria observar aspectos técnicos, como fluxo de veículos, velocidade praticada, características da via, riscos existentes e segurança dos pedestres. A Vereadora Brenda ponderou que a adoção de intervenções baseadas exclusivamente na manifestação de determinados grupos de moradores poderia comprometer o planejamento urbano e favorecer decisões individualizadas em detrimento do interesse coletivo. Defendeu que o Município promovesse, com urgência, um estudo técnico abrangente sobre o trânsito urbano, identificando os pontos críticos e definindo, de forma planejada, as medidas mais adequadas para garantir a segurança da população. Ressaltou que o trânsito envolve diretamente a preservação de vidas, razão pela qual as ações do Poder Público deveriam priorizar a prevenção de acidentes, mediante atuação de profissionais habilitados e fundamentação técnica. Durante sua manifestação, o **Vereador Danilo** solicitou aparte, que foi concedido. O **Vereador Danilo** informou que, durante a legislatura anterior, optava por não apresentar requerimentos solicitando instalação de quebra-molas, justamente por entender que o Município necessitava de um plano municipal de trânsito. Defendeu a elaboração de políticas públicas voltadas à conscientização dos condutores, à educação para o trânsito e ao fortalecimento da fiscalização. Como exemplos, mencionou a possibilidade de regulamentação de motociclistas que realizam entregas, com identificação adequada, bem como a implantação de sistemas eletrônicos de monitoramento de velocidade em pontos estratégicos da cidade. Ressaltou que a fiscalização eletrônica, quando corretamente utilizada, não configuraria "indústria da multa", mas instrumento destinado à proteção da coletividade. Também alertou que a instalação indiscriminada de quebra-molas poderia dificultar o deslocamento de ambulâncias, viaturas policiais e outros veículos de emergência, reforçando a necessidade de planejamento global para o sistema viário do Município. Na sequência, o **Presidente Renato** elogiou a contribuição apresentada pela Vereadora Brenda, destacando que os debates realizados em Plenário permitiam o aperfeiçoamento das ideias e a construção de soluções mais equilibradas. Concordou que a responsabilidade pela análise técnica das demandas deveria permanecer com os órgãos competentes do Poder Executivo, cabendo aos profissionais habilitados avaliar cada solicitação e apresentar resposta fundamentada aos cidadãos, seja para justificar a viabilidade, seja para explicar a impossibilidade da intervenção. Ressaltou que competia aos Vereadores atuar como elo entre a população e o Poder Executivo, encaminhando as demandas recebidas, mas que a execução das obras e serviços públicos era atribuição exclusiva da Administração Municipal. Em seguida, a **Vereadora Brenda** retomou a palavra para esclarecer que, em nenhum momento, havia defendido o afastamento da participação popular. Explicou que a apresentação de abaixo-assinados e manifestações dos moradores era importante para demonstrar a existência de problemas e chamar a atenção da Administração Pública para determinadas situações. Esclareceu, contudo, que tais manifestações não poderiam

substituir a análise técnica, pois a definição da solução adequada exigia conhecimento especializado e estudos específicos, evitando que intervenções mal planejadas viessem a gerar novos problemas ou atribuir responsabilidades indevidas aos próprios moradores. O **Presidente Renato** agradeceu os esclarecimentos prestados pela Vereadora e reiterou que a mobilização dos moradores permanecia relevante para identificar demandas locais, devendo, entretanto, ser acompanhada de avaliação técnica por parte dos órgãos competentes. Defendeu que, sempre que possível, fossem realizadas reuniões entre os moradores das localidades afetadas e os setores responsáveis da Administração Municipal, a fim de possibilitar análise adequada de cada situação e oferecer resposta fundamentada à comunidade. Em seguida, o **Presidente** encerrou o grande expediente e declarou aberta a **Ordem do Dia**, a qual iniciou com a *deliberação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Lei Orgânica n.º 02/2026, que "Altera o texto do art. 142-A da Lei Orgânica do Município de São João Batista do Glória", de autoria dos Vereadores desta Câmara Municipal.* **Colocada em sua primeira votação, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica n.º 02/2026 foi aprovada por unanimidade dos presentes.** Não houve debates. Em seguida, *deliberaram em primeiro turno o Projeto de Lei n.º 26/2026, que "Dispõe sobre a integração da tradicional Quadrilha de São João na programação das festividades comemorativas do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de São João Batista do Glória, denomina a Quadrilha de São João e dá outras providências", de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques.* **Colocado em sua primeira votação, o Projeto de Lei n.º 26/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Durante os debates o Vereador Danilo teceu considerações a projeto de lei em votação, que busca integração efetiva e definitiva da quadrilha de São João no calendário de festividades do aniversário do município de São João Batista do Glória, bem como atribui o nome da "Dona Ismênia" à presente lei como forma de reconhecimento pelas suas contribuições socioculturais à comunidade Gloriense. Prosseguindo, iniciaram a *única discussão do Projeto de Resolução n.º 12/2026, que "Dispõe sobre a concessão de Título Cidadão Honorário ao Ilustríssimo Senhor Capitão PM Fábio José Oliveira Maia, e dá outras providências", de autoria do Vereador Cresio Costa.* **Colocado em sua única votação, o Projeto de Resolução n.º 12/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Não houve debates. Continuaram, *discutiram em único turno o Requerimento n.º 29/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando que o Executivo Municipal informe a esta Casa Legislativa se há planejamento para a realização de novas edições do tradicional Baile da Melhor Idade, indicando a previsão de realização do próximo evento, e solicita que o evento passe a ser realizado de forma periódica, com frequência mínima de uma edição a cada 3 (três) meses.* **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 29/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Durante os debates, o Vereador Danilo salientou a importância de que o evento integre o calendário de festividades do município de São João Batista do Glória e que ocorra de forma periódica e contínua, atendendo, assim, a demanda e a necessidade dos munícipes da "melhor idade". Por fim, *deliberaram em único turno o Requerimento n.º 30/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando que o Executivo Municipal apresente informações e documentos acerca das providências adotadas pelo Município para análise do eventual*

A Ordem por princípio

reconhecimento dos ocupantes do cargo de Auxiliar de Educação como profissionais do magistério público da educação básica, nos termos da Lei Federal nº 15.326/2026.

Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 30/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes. Durante os debates o **Vereador Danilo**

questionou a autora do requerimento acerca da atuação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, indagando se já havia sido iniciada alguma ação coletiva relacionada ao tema. Em resposta, a **Vereadora Tatiana** esclareceu que, naquele momento, a prioridade da categoria era obter manifestação oficial do Poder Executivo quanto à aplicação da Lei Federal nº 15.326/2026. Informou que somente após o posicionamento da Administração Municipal, e caso não houvesse o reconhecimento dos direitos previstos na legislação, seria avaliada a necessidade de adoção de medidas judiciais, oportunidade em que as servidoras poderiam buscar o apoio do sindicato para o ajuizamento de ação coletiva. Retomando a palavra, o **Vereador Danilo** ressaltou a pertinência do requerimento e questionou se o sindicato já acompanhava a discussão e se havia previsão de ajuizamento de ação coletiva na hipótese de eventual negativa por parte do Executivo. A **Vereadora Tatiana** informou que o tema já havia sido debatido com o advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Dr. Davi, o qual possuía pleno conhecimento da matéria e já havia emitido parecer sobre a questão. Confirmou, ainda, que existia a possibilidade de propositura de ação coletiva, caso o Município não promovesse a adequação da legislação municipal às disposições da Lei Federal nº 15.326/2026. Antes de encerrar a sessão, o **Presidente** encaminhou o **Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 22/2026**, que "Institui o Programa Municipal de Apoio à Guarda Familiar Subsidiada no Município de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências", às Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final, de Finanças e Orçamento e de Educação, Saúde e Assistência para emissão de pareceres. Na sequência, encaminhou o **Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 25/2026**, que "Institui a Política Pública Municipal de Alfabetização do Município de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências", às Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final, de Finanças e Orçamento e de Educação, Saúde e Assistência para emissão dos respectivos pareceres. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a presente sessão e convocou os vereadores para a 13.^a (décima terceira) Sessão Extraordinária, a realizar-se imediatamente após o encerramento desta, destinada à deliberação do **Projeto de Lei Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 24/2026**, que "Reabre o prazo para adesão ao Programa de Incentivo à Regularização da Dívida Tributária – REFIS GLÓRIA/2026, instituído pela Lei Municipal n.º 1.775, de 10 de fevereiro de 2026, e dá outras providências", e do **Projeto de Lei n.º 27/2026**, que "Autoriza a antecipação do pagamento do décimo terceiro salário no âmbito da Câmara Municipal de São João Batista do Glória/MG e dá outras providências", ambos em regime de extrema urgência. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Presidente Renato Mayer Cruz.